

O QUE PENSAM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Jéssyka Souza¹
Sonia Bessa²

¹Graduanda do 8º período do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Formosa. E-mail: jessykasouza33@gmail.com

²Doutora em Educação pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Professora efetiva na Universidade Estadual de Goiás – Campus de Formosa. E-mail: soniabessa@gmail.com

Resumo

Esse artigo apresenta resultado de investigação com 101 estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental de escolas municipais da região de Formosa-GO. Essa investigação teve como objetivo analisar e identificar as representações de pobreza, e desigualdade socioeconômica. Utilizou-se entrevista clínica individual e para a análise dos resultados utilizou-se os níveis propostos por Denegri (1997) que são IA, IB, II e III e indicam o pensamento econômico dos participantes. Somente 5% dos estudantes dessa investigação estão no nível de pensamento esperado, 95% apresentam defasagens na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Durante a distribuição dos entrevistados nos níveis propostos, observou-se que os estudantes dos Níveis IA e IB associam riqueza com felicidade, bem-estar e saúde. Foi apontado um nível intermediário, este classificado como “Transição” estes apresentam características de pensamento do nível IB e II. Na amostra total o nível II teve um percentual bem menor em relação aos outros níveis. Esse é um nível mais evoluído, os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica embora ainda elementar, percebem que para que ocorra mobilidade existem restrições externas, mas continuam a priorizar e valorizar o esforço individual. Somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos poderá contribuir para uma sociedade mais equânime. No contexto brasileiro com tantos problemas de ordem econômica e financeira esse é o tipo de resultado que preocupa e impulsiona a propor programas de educação econômica e financeira, que apresente estratégias e busque soluções.

Palavras-chave – Desigualdade, pobreza, estudantes, ensino fundamental.

Introdução

A pobreza, a fome, as desigualdades e a falta de perspectiva são fenômenos que sempre permearam a humanidade, são visíveis e perturbadores no contexto da modernidade. São fenômenos sociais complexos, que comprometem fortemente o desenvolvimento econômico, cultural, político, social e atingem milhões de pessoas no mundo inteiro. Obriga as pessoas a viverem expostas a todo tipo de marginalidade e desigualdade. A pobreza pode ser expressa de vários níveis: renda, cultural, escolaridade, raça, gênero, além da carência de recursos que deveriam ser básicos e promover cidadania e dignidade à vida humana.

A desigualdade social está fortemente relacionada à pobreza e é um fenômeno que atinge milhões de pessoas em todo o mundo. O relatório Oxfam Brasil (2017) informa que 700 milhões de pessoas vivem com menos de 1,9 dólares por dia e apenas oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população do planeta.

Para Gaiger (2009) as desigualdades e pobreza são fenômenos associados de modo que a redução efetiva dos níveis de pobreza requer políticas e programas de combate às desigualdades. Para esse autor enfrentar a pobreza e a desigualdade representa um dos principais desafios da atualidade. O Brasil é um país de desigualdades, de extrema riqueza em todos os tipos de recursos, mas com uma persistente pobreza, segundo Gaiger (2009, p. 564),

Uma população majoritária persistentemente de pobres, num país de recursos abundantes, tem permanecido quase imune à evolução econômica, na falta de programas estruturais contínuos, alicerçados em decisões políticas de ampla envergadura. A pobreza extrema, em particular, mantém-se presa aos processos de reiteração das desigualdades, de modo que, ao cabo de sucessivas fases de estagnação e de crescimento, o Brasil deixou de ser um país pobre e dependente, para converter-se numa das principais economias mundiais, sem deixar de conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano.

A desigualdade é marcadamente o que mais distingue a sociedade brasileira, até mesmo que a pobreza. Para Ribeiro e Menezes (2008) a pobreza é uma determinante na estrutura da desigualdade brasileira, tanto na distribuição de renda como de oportunidades de inclusão econômica e social. O que gera pobreza no Brasil não é a falta de recursos, mas a má distribuição dos recursos existentes.

A pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto permanecerem, relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na administração dos recursos. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001. p.6).

Ribeiro e Menezes (2008) corrobora a perspectiva de Geiger (2009) e mencionam o fato de que enquanto a população pobre brasileira representa cerca de 30% da população total, nos países de renda per capita similar à brasileira este valor corresponde a menos de 10%. É "um elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais. [...] na comparação com os demais países, a sociedade brasileira apresenta um dos graus de pobreza mais elevados do mundo" (RIBEIRO E MENEZES, 2008, p. 46).

Dados da Oxfam (2017) declaram que no Brasil, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E os 5% mais ricos detém a mesma fatia de renda que os demais 95%. O relatório esclarece que uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. "Segundo projeções do Banco Mundial, entre 2010 e 2030, ainda que os 40% mais pobres tenham um incremento de renda 2% acima da média geral anual, restariam em todo o mundo cerca de 260 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza". (OXFAM, 2017, p.9). Esses dados deixam claro que o problema brasileiro não se restringe a aumentar a renda per capita, mas a melhorar a distribuição da mesma.

Com respeito a desigualdade social, Amar et al. (2002), a define como a distribuição equitativa de certos atributos. Esses atributos fazem referência a bens, serviços, direitos e obrigações, poder e privilégios em função não de características pessoais e não de posições sociais ou mobilidade socioeconômica se refere ao deslocamento entre diferentes classes sociais, quer seja ascendente e descendente, o que implica em considerar aspectos

relacionados a “ordem política” e a “ordem econômica”. Delval (2012) afirma que em torno desses dois aspectos - política e economia - giram os principais problemas da sociedade. Quando fala de problemas econômicos esse autor elenca temas como o uso do dinheiro, a desigualdade social, e a mobilidade socioeconômica.

Todos constroem ao longo da vida representações do funcionamento dos sistemas econômicos, mas para que isso ocorra de fato é necessário que o mesmo disponha de informações e experiências sobre a vida e a atividade do sistema social.

Para Delval (2012) a criança vai elaborando explicações sobre como e por que as coisas acontecem de determinada maneira e sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Posteriormente as explicações incidem sobre as normas e valores e estes reorganizam quando alcançam um maior grau de compreensão proporcionam as normas e valores um novo sentido, permitindo inclusive duvidar dos seus fundamentos.

Amar et al. (2001) apresenta dois motivos para investigar a compreensão das origens da pobreza e desigualdade social: o primeiro diz respeito ao interesse epistemológico ao proporcionar uma via de acesso a forma como crianças e adolescentes representam o mundo social em que estão inseridos. Tal conhecimento pode ajudá-los a compreender os processos mais gerais pelos quais os indivíduos chegam a construir um modelo coerente e organizado do mundo social. Tal conhecimento pode colaborar na construção de intervenções educativas mais eficazes que permitam aos indivíduos resolver problemas relacionados ao uso racional dos recursos, estimulem a participação cidadã e a busca de estratégias de intervenções para superar a pobreza.

Na perspectiva de estudar os fenômenos de ordem econômica esse estudo pretende verificar quais as representações de pobreza, mobilidade social e desigualdade social e econômica de crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental dentro do contexto escolar.

Metodologia

Essa é uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa com desenho descritivo comparativo. Foi constituída amostra de 101 estudantes do ensino fundamental: 49 do sexo masculino e 52 do sexo feminino, com idades entre 8 e 13, sendo 47 estudantes do 4º ano e outros 54 do 5º ano do Ensino Fundamental de escola municipal localizada na periferia da cidade de Formosa-GO. Para essa investigação constituiu-se amostra intencional estratificada por idade, sexo e formação. Para verificar as representações foi utilizada entrevista clínica criada por Denegri (1997), dividida em 3 partes: a primeira se refere a caracterização de ricos e pobres, descrição, tipo de trabalho, classe social. A segunda refere-se ao processo de mobilidade social, mobilidade socioeconômica e as causas da desigualdade social, e a terceira faz referência as causas e possíveis soluções da pobreza e desigualdade social.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente onde os estudantes foram convidados a responder 24 questões, no qual os mesmos foram orientados a darem respostas sinceras e de acordo com o conhecimento prévio que tinham sobre o assunto. Cada entrevista foi transcrita em forma textual, e se obteve um protocolo para análise posterior.

Resultados e discussão

Coletados os dados, foi feita a categorização de todas as respostas tendo como referência os níveis propostos por Denegri (1997-1998), considerando-se as variáveis, idade,

sexo, e a formação dos estudantes. Os dados foram analisados de forma quantitativa com a utilização do programa estatístico SPSS-22.0 e qualitativamente através da análise de conteúdo das respostas dos estudantes.

Para avaliar o nível de compreensão acerca da pobreza, desigualdade e mobilidade social, Denegri et al. (1998) adotou quatro níveis (quadro 1), através dos quais os estudantes vão evoluindo na compreensão cada vez mais complexa do sistema social em que estão inseridos e quais são as causas e explicações para os muitos fenômenos verificados.

Foi feita uma análise global das entrevistas e cada um dos estudantes foram alocados nos níveis de pensamento propostos por Denegri (1998) e Amar et al. (2001). A análise permitiu conhecer as representações dos estudantes quanto a conceituação de pobreza, desigualdade e mobilidade social, as possíveis soluções para o problema da pobreza e a autodefinição dos estudantes permitiu obter uma distribuição percentual da amostra. Os níveis de pensamento refletem o conteúdo da estrutura das representações dos estudantes. Na tabela 1 verifica-se a distribuição dos níveis na amostra.

Tabela 1 – Níveis de pobreza, desigualdade social e mobilidade econômica.

Níveis encontrados	Frequencia (N)	Percentual
Nível IA	31	30,7%
Nível IB	45	44,6%
Nível em transição entre IB e II	20	19,8
Nível II	5	5,0
Total	101	100%

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

O nível classificado como “Transição” é onde se encontram os sujeitos que não se encaixaram no previsto por Amar et. al (2001) estes apresentam características de pensamento do nível IB e II, estando assim em transição pois estão próximos do nível II, porém ainda derrapam em alguns conceitos. e conta com 19,8% dos estudantes. Nesse nível, os estudantes do 4º ano correspondem a 7,90% e os do 5º ano a 11,90%.

O estudante “A” tem 10 anos, é um estudante do 5º ano do ensino fundamental. Para caracterizar ricos e pobres, ela declarou de forma objetiva, “rico é uma pessoa que tem muito dinheiro”, e “pobre é aquele que tem pouco dinheiro”, disse que o pobre não tem nada e o rico tem tudo, e que se reconhece um rico pelas vestimentas. Ao descrever o tipo de trabalho do rico, alegou que eles trabalham administrando empresas e que os pobres são a mão de obra.

Esse estudante se autodeclarou de classe média e que seus amigos em sua maioria são classe média e pobres. Ao conceituar a classe média, alegou que: “São pessoas que tem as coisas que querem, mas nem tudo”. Alegou que existem mais pessoas da classe média, pois esses são aqueles que “Tem quase tudo o que querem”. Ao ser perguntado o que devia fazer para ficar rico, alegou que somente se encontram um trabalho que pague muito dinheiro ou ganhar na loteria.

Ao ser perguntado por que há ricos e pobres. Mencionou que o motivo é que uns trabalham e tem mais sorte que outros. Enfatizou que quem poderia resolver essa situação seria o prefeito e os governantes, através do estímulo do trabalho e ajuda financeira. Esse

estudante foi classificado no nível de “Transição”, pois apresenta características de pensamento do nível IB e II.

A maioria dos estudantes (44,6%) estão no nível IB que correspondem aquelas respostas em que persistem concepções pouco realistas, permanecem crenças de que a riqueza é proveniente do trabalho ou resultado de herança ou sorte ao ganhar na loteria. Essa é uma associação simplista de que ganha bem quem trabalha muito. A meritocracia é valorizada, e a crença de que a mobilidade social depende única e exclusivamente da vontade individual, desconhecem as restrições da realidade, permanece a certeza que se a pessoa não melhorou de vida é porque não se esforçou o bastante. Consideram a existência de uma classe média, e asseguram que para acabar com a pobreza é necessário a ação do estado ou outras figuras paternalistas como a assistência social.

Seguido do Nível IB com 44,6% segue o nível IA com 30,7%. Esse nível é mais elementar. As crianças não têm compreensão dos processos temporais e não percebe as mudanças sociais. Quanto ao trabalho, imaginam que qualquer trabalho serve para enriquecer. A questão da desigualdade social não tem explicação para esse grupo de crianças. Suas explicações se baseiam na intuição e na aparência.

Na amostra total o nível II (5%) teve um percentual bem menor em relação ao Nível IB (44,60%). Esse é um nível mais evoluído que o anterior, os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica embora ainda elementar, percebem que para que ocorra mobilidade existem restrições externas, mas continuam a priorizar e valorizar o esforço individual. Acreditam que o esforço individual, e uma boa educação são fatores determinantes para melhorar o nível sócio econômico, já estabelecem relações entre a hierarquia e a remuneração, mas não compreendem a relação entre poder e exploração. Continuam com crenças de que o estado é o único responsável para solucionar o problema da pobreza, já incorporam ideias de oportunidade embora não compreendam as ações que impõem obstáculos às mudanças sociais, o pensamento continua centrado em atitudes e comportamentos das pessoas. A mobilidade socioeconômica é percebida numa perspectiva mais próxima da realidade, porém os estudantes pensam que a mobilidade se dá de forma natural, que com o tempo e o trabalho as pessoas vão ascender socialmente. Somente 5 estudantes do total da amostra alcançou esse nível.

Como 30,7% estão no nível IA, 44,6% no nível IB e somente 5,0% no nível II verifica-se que a maioria dos estudantes concebem a sociedade como dois grupos distintos e polarizados: pobres de um lado e ricos do outro. Estes são descritos a partir dos atributos externos como a presença ou ausência de posses materiais.

Os estudantes dos Níveis IA e IB associam riqueza com felicidade, bem-estar e saúde: todo rico é realizado, tem sucesso, é bonito e tem muitos bens, porém não tem paz e “Deus no coração”. O pobre tem um estereótipo de fracassado, feio, passa todo tipo de privações, porém apesar de tudo é rico de saúde e de Deus. A compreensão de classe média é pouco clara para esse grupo, em especial os que estão no nível IA confundem classe média e ricos, descreve-os como se fossem a mesma classe, já os do nível IB mencionam ocasionalmente que rico tem mais bens que classe média.

A tabela 2 apresenta os níveis de pensamento econômico quanto a variável ano escolar. Não foi verificada diferença significativa quanto ao ano escolar. A amostra mostrou-se homogênea.

Tabela 2 – Classificação dos níveis quanto a formação acadêmica.

Ano escolar	Níveis de pensamento econômico				Total
	IA	IB	Transição	II	
4º ano	16,8%	20,8%	7,9%	1,0%	46,5%
5º ano	13,9%	23,8%	11,9%	4,0%	53,5%
Total	30,7%	44,6%	19,8%	5,0%	100,0%

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

O nível IA apresenta um percentual de 30,7% dos estudantes sendo que (16,80%) do 4º ano e (13,90%) do 5º ano. Esse é o nível mais elementar, encontrado geralmente em crianças com até 10 anos de idade. Esperava-se que um número menor de estudantes estivesse nesse nível.

O nível IB com o maior percentual de estudantes (44,6%) tem uma distribuição muito similar entre o 3º e 4º ano. Houve uma leve evolução do 5º ano em relação ao 4º com um percentual de 23,8% e 20,8% respectivamente. Esse é um nível ainda bem elementar e levando-se em conta a idade e o nível de formação dos estudantes o esperado é que poucos deles ou nenhum deles estivessem nesse nível. Com esse pensamento as soluções para a pobreza estão limitadas a decisões paternalistas do estado ou de instituições de assistência social.

A percepção de classe média também é fragmentada e pouco definida. Os estudantes não percebem a integração dos diferentes elementos que compõem o sistema econômico a visão destes é que a mobilidade social depende do esforço individual e única e exclusivamente do trabalho. A representação de pobreza encontrada indica que esta é o resultado de uma conduta inadequada dos pobres, que trabalham pouco ou que não sabem utilizar o dinheiro. Nas investigações de Denegri (1997, 1998) e Amar (2001) o nível IB corresponde a crianças com idade entre 11 e 15 anos de idade. Na perspectiva dos estudos mencionados, os estudantes crianças e adolescentes brasileiros estão pouco abaixo do esperado com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais.

Os estudantes do 4º ano se distribuem em IA (16,80%), IB (20,80%), Transição (7,90%) e II (1,0%) enquanto os estudantes do 5º ano se encontram no nível IA (13,90%), nível IB (23,80%), em transição (11,90%) e no nível II (4,00%). Quando chega no nível II, o mais evoluído, sobressaem os estudantes do 5º ano.

Outra variável analisada foi o gênero que está descrita na tabela 3. Nessa tabela aparece a variável ano escolar e o gênero. Não foi verificada diferença significativa quanto a essa variável.

Tabela 3 – Classificação dos níveis de pensamento econômico quanto ao gênero e ano escolar.

Ano escolar	Sexo	Níveis de pensamento			
		IA	IB	Transição	II

4º ano	Masculino	14,9%	17,0%	10,6%	-
	Feminino	21,3%	27,7%	6,4%	2,1%
5º ano	Masculino	16,7%	25,9%	11,1%	1,9%
	Feminino	9,3%	18,5%	11,1%	5,6%
Total	Masculino	15,8%	21,8%	10,9%	1,0%
	Feminino	14,9	22,8%	8,9%	4,0%
Total		30,7%	44,6%	19,8%	5,0%

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

No nível IA encontramos 30,7% da amostra, desse total 15,8% são do sexo masculino e 14,9% do sexo feminino, não existe diferença de gênero quanto ao esse nível, mas existe algumas diferenças quanto ao nível acadêmico: verifica-se que tem mais meninas do 4º ano estão nesse nível numa proporção de 21,3% (meninas do 4º ano) e para 9,3% (meninas do 5º ano).

Nos meninos ocorre o inverso, mas com uma diferença bem menor na proporção de 14,9% (4º ano) e 16,7% (5º ano). Comparativamente o maior número de meninas do 4º ano está nesse nível, (21,3%) contudo é no 5º ano que aparece também o menor índice (9,3).

No nível IB, com a maior representatividade de estudantes (44,6%), a homogeneidade da amostra se acentua, existe somente um ponto percentual de diferença entre meninos e meninas: 21,8% e 22,8% respectivamente. Ao considerar a formação verifica-se que são 25,9% de meninos do 5º ano que estão nesse nível enquanto do 4º ano são somente 17% e 27,7% meninas do 4º ano e 18,5% do 5º ano. Verifica-se similaridade entre ano escolar e gênero.

O nível de transição com 19,8% dos participantes apresenta índices semelhantes quanto ao ano escolar o gênero. Já no nível II, o mais evoluído o índice de estudantes nesse nível foi de somente 5%, contudo há uma predominância de meninas e do 4º ano como pode ser verificado na tabela. 3. Apenas 1,0% dos estudantes do sexo masculino estão no nível II. Somente 5 estudantes no total da amostra estão no Nível II, contudo desses 4 deles são estudantes do 5 ano. Observando isoladamente esse nível existe uma diferença significativa para o 5º ano. Esses dados preconizam que existem poucas diferenças entre os dois grupos, independente do sexo, da idade da formação educacional, verifica-se homogeneidade nas respostas.

Considerações finais

Somente 5,0% dos estudantes dessa investigação estão no nível de pensamento mais evoluído, outros 95% deles estão nos níveis mais elementares (IA, IB e Transição). Os estudantes crianças e adolescentes estão abaixo do esperado com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Verifica-se a presença de ideias acanhadas e inapropriadas.

Somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos nesse contexto poderão contribuir para uma sociedade mais equânime. No contexto brasileiro com tantos problemas de ordem econômica e financeira esse é o tipo de resultado que preocupa e nos impulsiona a propor programas de educação econômica e financeira no início da educação infantil e que se estenda ao ensino superior, que apresente estratégias e busque soluções.

Nem sempre é possível interferir ou promover mudanças no contexto social quando não se compreende os aspectos subjacentes. O enfrentamento das desigualdades é pré-requisito para um país constituído no estado democrático de direito, tendo entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como proposto no artigo primeiro da nossa Constituição. Contudo crianças e adolescentes precisam estar conscientes desse enfrentamento, e conhecer as possibilidades de intervenção.

Delval, (1989) aponta a importância do papel do adulto na socialização da criança. Pois as diferentes representações da criança sobre o mundo em que está inserida são fruto de uma elaboração interna, de acordo com os instrumentos cognitivos que possui. A construção das noções sociais é dialética, ocorre a partir das intervenções e providências do adulto e das construções próprias do sujeito, entre o que é individual e o que é social. Isso necessita de tempo para ser organizado.

Para Melsert e Bock (2015) as desigualdades sociais brasileiras constituem fenômeno social complexo, que deve ser entendido tanto na sua dimensão objetiva quanto na subjetiva. Ao investigar a dimensão subjetiva desse fenômeno, é importante dar visibilidade à presença de sujeitos que não são mera consequência da realidade social desigual, e sim sujeitos ativos, os quais constituem essa realidade e são, simultaneamente, constituídos por ela.

Ao concluir essa investigação, verifica-se a necessidade de explorar as formas como as pessoas percebem o mundo, as ideias que tem, e de como percebem a pobreza, mobilidade e desigualdade social. Esse trabalho abre discussões para outras investigações dessa natureza com populações similares no contexto brasileiro com outros grupos e diferentes faixas etárias.

Referencias

AMAR, J.A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M. C.; MARTINEZ, M. L.; GOMES, G. J. La construcción de representaciones sociales acerca de La pobreza y desigualdade social em lós niños de La región Caribe Colombiana. *Investigación y desarrollo* vol.9, n.2 pp 592-613. Universidad de norte Barranguilla, Colombia. 2001.

AMAR, J. A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M; LLANOS, M. *Pensamiento económico de lo niños colombianos. Análisis comparativo en la región Caribe*. Barranguilla: Ediciones Uninorte. 2002.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e Pobreza no Brasil. *IPEA*, Textos para discussão n. 800, jun. 2001.

DELVAL, Juan. La representación infantil del mundo social. In E. Turiel, I. Enesco & J. Linaza (Comps.), *El mundo social en la mente del niño* (pp. 245-328). Madrid: Alianza. 1989.

DELVAL, Juan. El constructivismo y La adquisición Del conocimiento social. *Apuntes de Psicología*, universidad córdoba. vol. 30 (1-3), pp 99-109.número especial. 2012.

DENEGRI, M. *La construcción de nociones económicas en la infancia y la adolescencia*. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera. 1997.

DENEGRI, M., Delval, J., Ripoll, M., Palavecinos, M. & Keller, A. Desarrollo del pensamiento Económico en la Infancia y la adolescencia. *Boletín de investigación Educativa*, 13, 291-308. 1998.

DENEGRI, M.; DELVAL, J.; RIPOL, M.; PALAVECINOS, M.; KELLER, A. Desarrollo del pensamiento económico em La infancia y adolescencia. *Boletín de Investigación Educativa*, 13, p.291-308. 1998a.

DENEGRI, M.; KELLER, A.; PALAVECINOS, M.; RIPOLL, M.; DELVAL, J. Psicogenesis de las representaciones acerca de la pobreza y desigualdad social: estudio evolutivo con niños y adolescentes de ciudades con funcionamiento financiero limitado de La IX región. *Psyche*, 17 (2), p.13-24. 1998b.

GAIGER, Luiz Inacio Germany. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, Set. /Dez. 2009.

MELSERT, A.L.M.; BOCK A.M.B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015.

RIBEIRO, C. O.; MENEZES, R.G. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 7 n. 1p. 42-55. jan./jun.2008.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>, acesso em 27/08/2018.